



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

**Do perigo alemão à ameaça soviética.
Portugal e o novo ambiente securitário do segundo pós-guerra
(1945-1959)**

*From the German danger to the Soviet threat.
Portugal and the new securitarian environment of the post-Second World
War period (1945-1959)*

JORGE SILVA ROCHA

Centro de Estudos Internacionais ISCTE-IUL
Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais
rocha.jmls@netcabo.pt

Resumo:

A primeira década do pós Segunda Guerra Mundial traz consigo um novo ambiente securitário pleno de desafios e de obstáculos a superar. Com compromissos assumidos em primeiro lugar com a Espanha de Franco e, mais tarde, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte e os Estados Unidos da América, as autoridades portuguesas ver-se-ão por essa altura a braços com a difícil tarefa de levar a cabo o planeamento da defesa militar de Portugal envoltas num ambiente propício a tensões de carácter bilateral e multilateral que irá reflectir-se na forma como vai ser efectuado esse mesmo planeamento.

Palavras chave:

Alianças; Planeamento de defesa; Portugal; Espanha; OTAN.

Abstract:

The first decade after Second World War brings a new securitarian environment full of challenges and obstacles to overcome. With alliances established primarily with Spain and, later, with the North Atlantic Treaty Organization and the United States of America, the Portuguese authorities find themselves at that time struggling with the difficult task to carry out the national defense planning surrounded by an environment favorable to bilateral and multilateral tensions that will have effects in the execution of that same planning.

Keywords:

Alliances; Defense planning; Portugal; Spain; NATO.

1. Princípios e orientações das políticas externa e de defesa nacional

Apesar da aceitação complacente dispensada pelas autoridades britânicas, o regime salazarista marcadamente autocrático, corporativista e colonialista vai encontrar no imediato segundo pós-guerra importantes entraves às tentativas levadas a cabo para promover a integração de Portugal no novo quadro internacional.¹ Revelando uma certa incapacidade de adaptação à nova ordem mundial, entre 1945 e 1949 Portugal vai atravessar um período marcado por alguma marginalização internacional e também por alguma indefinição na sua política externa. No entanto, Portugal continuará a contar com capacidade de manobra internacional suficiente para garantir o estabelecimento de acordos bilaterais com os EUA e o convite para fazer parte do Plano Marshall.

Em termos gerais, pode afirmar-se que a progressiva aquiescência à participação de Portugal no novo sistema internacional acabará por resultar não tanto da eficácia das ações diplomáticas levadas a cabo pelas autoridades portuguesas mas sim de circunstâncias geopolíticas conjunturais que iam de encontro aos interesses estratégicos quer da Grã-Bretanha quer dos EUA. A favor de Portugal jogam a estabilidade política existente, o declarado anti-comunismo e, sobretudo, o valor estratégico dos arquipélagos portugueses do Atlântico.

Só a partir de 1947, e mais concretamente a partir da discussão das questões relacionadas com a participação no auxílio económico norte-americano no âmbito do Plano Marshall, se começa efectivamente a falar em Portugal de relações de cooperação com o bloco ocidental. É a partir desse ano que Portugal começa gradualmente a alargar a sua integração internacional não só no domínio da diplomacia como também nos campos económico e militar. Até meados da década de 1950 Portugal irá intervir activamente nas questões relacionadas com o Plano Marshall, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia de Pagamentos (UEP). Para além destes momentos chave, as autoridades portuguesas estarão também envolvidas nas discussões em torno do Conselho Europeu, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Comunidade Europeia de Defesa.²

¹ Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2008, pp. 543-551. Sobre o conceito de integração internacional veja-se também James Dougherty, e Robert L. Pfaltzgraff Jr., *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, 2001, pp. 641-650.

² Pedro Cantinho Pereira, *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, IDI-MNE, 2006, pp. 21-23.

A crise económica e financeira derivada da Segunda Grande Guerra obriga Portugal a reavaliar tanto os seus interesses externos como o valor relativo que os países da Europa Ocidental e os EUA tinham na prossecução desses mesmos objectivos. A conjuntura exigia maior atenção ao desenvolvimento dos acontecimentos internacionais bem como uma redefinição das alianças estratégicas do Estado português.³

Orientando o esforço diplomático nacional para o “polo aglutinador” que se estava a constituir na Europa Ocidental sob a égide dos EUA, Salazar enceta uma aproximação à Europa com o único propósito de garantir a sobrevivência do seu regime antidemocrático e autoritário. Internacionalmente, tanto os países da Europa Ocidental como os EUA condescendem na existência do regime salazarista antevendo as dificuldades que para os interesses ocidentais poderiam advir de uma súbita instabilidade política em Portugal.⁴

Em 1947, as autoridades portuguesas declaram prontamente “a sua aprovação e simpatia” pela intenção manifestada pelos EUA de reforçar o auxílio económico a conceder à Europa. As autoridades portuguesas aceitam participar na Conferência de Paris organizada pela Grã-Bretanha e pela França e manifestam a sua solidariedade para com os países em dificuldades bem como a disponibilidade para conceder a esses mesmos países uma ajuda adequada aos recursos nacionais disponíveis. Apesar de ser conhecedor das difíceis condições em que se encontrava a economia nacional, o Governo português recusa inicialmente a ajuda disponibilizada no âmbito do Plano Marshall expectante que estava por uma melhoria da situação geral impulsionada por uma maior cooperação económica na Europa e por um desenvolvimento do comércio internacional.⁵ Pedro Pereira considera que as razões que levaram Portugal a não solicitar os créditos do Plano Marshall são de diversa índole: desde logo a subavaliação da crise financeira, económica e social na Europa Ocidental; o receio de dependência em relação aos EUA e, por fim, receio de

³ Em jeito retrospectivo Salazar afirmaria alguns anos mais tarde “Sendo indiscutível o nosso dever de cooperação, nascem-nos, no entanto, deste confuso estado de coisas muitos problemas, alguns dos quais maiores ainda que as nossas próprias responsabilidades. Um consiste em evitar sermos unidade perdida em conjunto indiscriminado, o que equivaleria a ter deixado subverter a própria consciência da Nação.” António de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, V, pp. 477.

⁴ Pedro Cantinho Pereira, *Portugal ...*, cit., pp.666et seqs.

⁵ Veja-se Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

comprometimento da soberania nacional.⁶ Os receios de Salazar só começariam efectivamente a dissipar-se após a criação da OECE em Abril de 1948.

A participação portuguesa na OECE, que inicialmente se revela discreta e desinteressada, rapidamente se tornará mais activa, uma vez constatada a reduzida influência exercida pelos EUA nos assuntos internos dos países europeus. Com a conjuntura económica a agravar-se, as autoridades portuguesas decidem finalmente pedir a ajuda Marshall sendo a mesma concedida no decurso do segundo exercício daquele Plano.

Em 1949 tem lugar um dos mais importantes sucessos da política externa portuguesa no que à aceitação internacional do país diz respeito – a adesão à OTAN.⁷ A adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico vem confirmar a importância geoestratégica do país para a política de contenção da ameaça soviética que então se edificava e constitui um elemento adicional na aceitação internacional do País tão incessantemente buscada por Salazar. Assim, Portugal é convidado a aderir ao Pacto do Atlântico em primeiro lugar pela importância geoestratégica do arquipélago dos Açores. De importância capital para os planos estratégicos dos EUA, os Açores revelar-se-iam o mais importante e decisivo trunfo para a aceitação internacional do País. “Centro de gravidade da política Internacional”⁸, no imediato pós guerra os Açores serão assunto sempre presente em questões relacionadas com a Grande Estratégia defensiva dos países ocidentais. Os arquipélagos portugueses são um centro de apoio vital para as ligações aéreas entre o continente europeu, a América e a África; permitem o controlo sobre as principais rotas marítimas do Atlântico e, prioritários no dispositivo delineado para a projecção do poderio militar norte-americano à escala global, acabarão por ser equacionados como base de apoio indispensável à implementação de uma primeira fase da estratégia nuclear dos EUA.⁹

Ao longo do tempo Portugal vai conseguir, sem alterações significativas da sua política interna e colonial, reforçar o seu posicionamento no bloco de

⁶ Pedro Cantinho Pereira, *Portugal ...*, cit., pp. 21 et seqs.

⁷ Para uma visão detalhada da problemática em torno da adesão de Portugal à OTAN veja-se António José Telo, *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

⁸ António de Oliveira Salazar, *Discursos ...*, IV, pp. 93-98.

⁹ A quantidade de documentos com referência explícita ao valor estratégico dos Açores é bastante vasta. A título de exemplo veja-se a avaliação efectuada em Abril de 1946 pelo Embaixador dos EUA em Lisboa, Baruch, constante de telegrama dirigido ao Secretário-de-Estado norte-americano. *Foreign Relations of the United States 1946*, Vol. V. [Em linha], Washington, pp. 964. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1946v05>.

países ocidentais. Em termos diplomáticos peninsulares, a adesão de Portugal à OTAN traz consigo um ambiente de tensão no que ao Pacto Ibérico diz respeito já que a Espanha não encara da melhor forma a adesão isolada de Portugal àquela organização.¹⁰ Por outro lado, a desconfiança portuguesa em relação aos EUA e o receio de subordinação aos interesses norte-americanos não terminam com a adesão de Portugal à OTAN. Só com a entrada em vigor do Acordo de Defesa com os Estados Unidos da América, em 6 de Setembro de 1951, a situação começará gradualmente a alterar-se.¹¹

2. A orientação atlântica da política externa portuguesa

Apesar dos obstáculos surgidos e das deficientes opções aqui e além tomadas pelas autoridades portuguesas, no fim da Segunda Guerra Mundial o posicionamento internacional de Portugal parecia estar consolidado. No entanto, Salazar continuava a revelar alguma dificuldade em aceitar a nova ordem bipolar e o ocaso da Inglaterra enquanto potência marítima. O Presidente do Conselho considerava decisiva a acção da Grã-Bretanha para contrariar as pretensões hegemónicas das superpotências, mas esta sua ambição cairá por terra logo em 1947 quando um inverno mais rigoroso coloca a descoberto a fragilidade económica da Grã-Bretanha em particular e da Europa Ocidental em geral.¹² Nesta nova conjuntura as relações luso-britânicas vão ser também afectadas já que Londres deixa igualmente de poder continuar a apoiar económica e militarmente o velho aliado. Desde finais de 1945 que a economia inglesa se encontrava de tal forma dependente do dólar que, como refere António J. Telo, as autoridades inglesas, uma vez terminado o apoio financeiro disponibilizado pelos EUA no âmbito do programa *Lend-Lease*, não tinham podido evitar contrair elevados créditos junto dos americanos.¹³ No início da Guerra Fria a Inglaterra, membro do restrito grupo vencedor, está notoriamente diminuída na disponibilidade de recursos e a necessidade de Portugal

¹⁰ Juan Carlos Jiménez Redondo, *Franco e Salazar – As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, 1996, pp. 172 *et seqs*. Veja-se também António Marquina Barrio, *España en la política de seguridad occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, 1986, pp. 233.

¹¹ “Acordo de defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América” – 6 de Setembro de 1951. Arquivo da Defesa Nacional PT/ADN/31/132/2.

¹² Pedro Aires Oliveira, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, em Almeida, João Marques de *et al* (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos – IDN, 2008, pp. 140.

¹³ António José Telo, *Portugal ...*, *cit.*, pp. 31.

encetar uma aproximação à nova potência revela-se uma realidade difícil de contornar. Sempre perspicaz, Salazar tinha agora perfeita noção da acentuada diminuição ocorrida na capacidade de influência da Grã-Bretanha e da sua progressiva substituição pelos EUA.¹⁴

Os momentos chave da aproximação portuguesa aos EUA, já amplamente descritos em diversas obras¹⁵, surgem ainda durante a II Grande Guerra, intensificam-se na segunda metade da década de 1940 e na década de 1950 e estão, na sua maioria, relacionados com o valor geoestratégico das ilhas dos Açores. Muito resumidamente, podemos considerar relevantes para a aproximação dos dois países o acordo luso-americano de 1944 para o estabelecimento de uma base naval e aérea na ilha de Sta. Maria¹⁶; as conversações em torno da ajuda Marshall; a cedência de facilidades militares aos norte-americanos nas Lajes em Fevereiro de 1948; a participação de Portugal na Aliança Atlântica a partir de 1949 e, em 1951, a assinatura do Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa (Janeiro) e do Acordo de Defesa entre Portugal e os EUA (Setembro).¹⁷ Em termos mais específicos, pode afirmar-se que a redefinição dos vectores atlânticos da política externa portuguesa tem início ainda durante a Segunda Guerra Mundial e consolida-se definitivamente com a entrada de Portugal para a OTAN em 1949.

Nos últimos anos da guerra as relações oficiais entre os EUA e Portugal pautavam-se pela cordialidade.¹⁸ Em 1944, as autoridades estado-unidenses agastadas com a forma como, no ano anterior, o Governo britânico tinha con-

¹⁴ “O resultado da última guerra e a decisiva intervenção norte-americana, com o apoio de todo o hemisfério ocidental, tiveram como efeito deslocar para oeste, como já várias vezes tenho notado, o centro de gravidade da política mundial, que não é nem pode já ser europeu, mas quando muito euro americano.” Salazar, António de Oliveira, (1959), *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, IV, pp. 291.

¹⁵ Veja-se Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2005. Veja-se também António José Telo, *Os Açores e o Controlo Atlântico*, Lisboa, Edições ASA, 1993.

¹⁶ Sobre o acordo luso-americano de 1944 veja-se Luís Nuno Rodrigues, “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, em Luís Nuno Rodrigues, *et al* (Coord.) *Portugal e o Atlântico, 60 Anos dos Acordos dos Açores*, 2004, Lisboa, CEHCP, 2004, pp. 75-100. Veja-se também existe no Arquivo Nacional da Torre Tombo com a referência AOS/CLB/ATC-1.

¹⁷ Sobre estas questões veja-se Luís Nuno Rodrigues, *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp.24 e 25; Maria Fernanda Rollo, *Portugal ... cit.*; António José Telo, *Portugal ... cit.*, pp. 113-134.

¹⁸ António José Telo, “Portugal e a NATO, Um pequeno poder numa grande aliança”, em Ferreira, José Medeiros, (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 107-126.

duzido as conversações para a cedência de facilidades nos Açores, decidem adoptar uma nova metodologia de actuação relativamente aos contactos com as autoridades portuguesas. Os EUA dispensam doravante qualquer intermediação inglesa nas questões relacionadas com as ilhas portuguesas passando as mesmas a ser directamente tratadas com as autoridades de Lisboa.¹⁹ Por esta via, Washington vai conseguir obter das autoridades portuguesas as tão desejadas autorizações de instalação nos Açores dando como contrapartida importantes garantias relacionadas com a devolução de Timor no pós-guerra, o império português e, a manutenção do regime. A breve trecho, a controvérsia gerada junto da opinião pública norte-americana relativamente a algumas dessas garantias acabará por conduzir as relações luso-americanas para um impasse difícil de superar.

Entre 1947 e 1949, a Inglaterra revela-se decididamente empenhada em co-responsabilizar Washington na assunção dos compromissos que, no âmbito da Aliança luso-britânica, lhe cabiam, ao mesmo tempo que Salazar, claramente contrariado, enceta uma rápida adaptação à substituição de uma “tutoria” por outra.²⁰ O anticomunismo militante de Salazar acabará por, em parte, mitigar a também militante resistência de adaptação do Presidente do Conselho a novas conjunturas. No entanto, diga-se em abono da verdade que, efectivamente, embora a conjuntura internacional obrigue a uma redefinição das alianças tradicionais, as relações entre Lisboa e Londres continuarão a ocupar um lugar de grande importância na política externa nacional.²¹

Ao longo destes primeiros anos do segundo pós-guerra o relacionamento diplomático entre os dois países ibéricos é também ele condicionado pela evolução da conjuntura internacional e revela períodos de perceptível amizade e entendimento mas também momentos de perfeito alheamento. Oficialmente, os vizinhos ibéricos continuavam obrigados a uma amizade ditada pelo pacto político-militar firmado em 1939, no entanto, a histórica desconfiança portuguesa relativamente ao seu poderoso vizinho, claramente constatável nos diversos planos de defesa elaborados em Portugal até finais da década de

¹⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa: 1936-1948: a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. XIII, 1986, pp. 24-109.

²⁰ Pedro Aires Oliveira, *Continuidade...*, cit., pp. 140.

²¹ Neste sentido veja-se por exemplo *Foreign Relations of the United States 1950*, Vol. III. [Em linha], Washington, pp. 1543. Disponível em <http://images.library.wisc.edu/FRUS/EFacs/1950v03/reference/frus.frus1950v03.i0016.pdf>.

1940, tarda em desaparecer.²² A partir de 1947 a Guerra Fria instala-se definitivamente favorecendo a gradual reabilitação internacional da Espanha e o progressivo reatamento das relações luso-espanholas sem que, como ficaria provado pelas dificuldades levantadas pela Espanha durante o processo de adesão de Portugal à Aliança Atlântica, se possa falar de completo e desinteressado entendimento.²³

A adesão de Portugal à OTAN em 1949, indiscutivelmente importante no campo da defesa, revela-se fundamental para a prossecução dos interesses nacionais sobretudo no campo político. A OTAN vai desempenhar um papel essencial na mediação do relacionamento com Washington e será através dela que Lisboa irá negociar importantes benefícios económicos, financeiros e militares.²⁴ Assim, nos anos que se seguem à adesão à OTAN Portugal irá tentar obter, agora no campo multilateral, garantias oficiais de apoio à manutenção do império português mas a filosofia política americana relativamente à autodeterminação dos povos e à descolonização colidia irremediavelmente com os objectivos traçados por Salazar.²⁵ Esta realidade ficará bem patente por altura dos Acordos de 1951. As autoridades portuguesas compreendem finalmente que o centro do sistema ocidental se encontrava agora nos EUA e que os norte-americanos dificilmente estariam dispostos a contribuir para que Portugal alcançasse os seus objectivos políticos de fundo. Como escreve António Telo, importava então encontrar uma forma de entendimento que garantisse pelo menos algum apoio político e o auxílio militar e técnico indispensável.²⁶

²² Em 1946 Passos e Sousa, à data Major-General do Exército, chama a atenção do Ministro da Guerra Santos Costa para o desfasamento existente entre esta prática e a realidade do novo quadro de ameaças então existente. Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/029/1/352/55.

²³ A acção obstaculizadora desenvolvida pela diplomacia espanhola é evidente durante todo o processo de adesão de Portugal à OTAN. As autoridades de Madrid insurgem-se desde o início das negociações para a integração de Portugal na Aliança Atlântica, contra o que consideravam constituir um incumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Pacto Ibérico e tentam condicionar a acção da diplomacia portuguesa por considerarem que a adesão de Portugal aquela Aliança acarretava perigos imprevisíveis para a segurança da Península Ibérica e, em particular, para a Espanha que em caso de conflito se veria impossibilitada de obter o auxílio que Portugal facilmente conseguiria junto dos futuros aliados. As autoridades portuguesas tinham um diferente entendimento desta problemática. Reafirmando a cada passo o seu comprometimento com o Pacto Ibérico, Portugal defenderá sempre a inclusão da Espanha no sistema defensivo da Europa ocidental.

²⁴ António J. Telo, *Portugal...*, cit. 124

²⁵ José Calvet de Magalhães, “Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa”, *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, (3), 1987.

²⁶ António J. Telo, *Portugal...*, cit., pp. 132

Apesar do aparente bom entendimento existente entre as autoridades de Lisboa e Washington, o relacionamento luso-americano vai passar por um primeiro mas significativo revés em meados da década de 1950.²⁷ A braços com a ocupação dos enclaves portugueses de Dadrá e Negar Aveli por forças militares da União Indiana as autoridades nacionais tentam em vão levar Washington a condenar a invasão daqueles territórios. Pela primeira vez os EUA revelavam publicamente as suas reservas relativamente à questão colonial portuguesa causando uma natural degradação das relações entre os dois países constatável posteriormente nas difíceis negociações estabelecidas em 1956-57 com vista à renovação do acordo das Lajes.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Europa deixa de ser o centro do sistema internacional para passar a ser palco principal de antagonismos profundos. Neste contexto, e à semelhança do que tinha sucedido durante o conflito, o valor estratégico dos arquipélagos portugueses no Atlântico vai sair reforçado e as autoridades nacionais saberão daí tirar proveito. No novo mundo bipolar do segundo pós-guerra, Portugal, à semelhança do sucedido relativamente à anterior potencia marítima, promove a aproximação aos EUA com o intuito de obter garantias de segurança contra a nova ameaça continental enquanto as autoridades norte-americanas, preocupadas com as novas funções globais dos EUA, procuram garantir a disponibilidade de acesso a bases avançadas consideradas vitais para a projecção do seu poder militar em caso de concretização dessa mesma ameaça.

Como escreve J. Borges de Macedo, “as relações internacionais têm exigências múltiplas que só podem ser pensadas numa base de absoluto realismo e no cálculo hábil das forças efectivamente disponíveis. No inventário destas, está a função estratégica de um território, não só para o Estado que o detém mas também a partir do interesse que ele representa para outras «seguranças»”.²⁸

3. Planeamento de defesa

Durante muito tempo o conceito de Defesa Nacional teve um significado estritamente militar ou seja, a componente militar teve uma preponderância dominante não só na elaboração da doutrina como também na organização e execução da Defesa propriamente dita. Nos anos que se seguem ao fim da Segunda Grande Guerra o conceito vai sofrer um progressivo alargamento

²⁷ Luís Nuno Rodrigues, *No Coração ...*, cit., pp. 26-27.

²⁸ Jorge Borges de Macedo “Portugal na perspectiva estratégica europeia”, Revista Estratégia (4), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1987.

fruto das lições retiradas do conflito. Por toda a Europa o conceito estritamente militar sucumbe perante a constatação de que nenhuma guerra futura voltaria a ser um mero confronto de forças militares e que a Defesa deixara de ser uma matéria de decisão exclusiva dos profissionais das armas. O alcance do conceito era agora mais vasto e abrangente e o poder decisório no que respeita aos assuntos de Defesa ascendia aos patamares da mais alta hierarquia política.

Em Portugal desde a década de 1930, por condicionantes derivadas das circunstâncias políticas do Estado Novo, a política de defesa nacional revela uma subordinação exclusiva à política externa e à política militar.²⁹ Durante a Segunda Guerra Mundial é executada uma política de defesa que, assente em relações de aliança, visava a defesa dos interesses de Portugal, tal como definidos pelo regime, e a manutenção de uma autonomia relativa de ação no contexto do conflito europeu. Mais tarde, uma vez iniciado o período de Guerra Fria, será a busca de garantias de segurança a dominar a política de defesa nacional.

Em termos genéricos, a definição da política de defesa duma nação deriva no essencial de três grandes questões: da existência de ameaças à sua segurança; da necessidade de preparar uma resposta militar contra essas ameaças e; dos meios, humanos e de outra natureza, que o país pode disponibilizar para a edificação dessa mesma capacidade de resposta.

Assim, a defesa nacional é uma complexa actividade nacional que está sujeita a constrangimentos vários derivados quer das condições políticas internas quer da teia de relações externas estabelecidas pelo Estado. Se os constrangimentos nacionais são, à partida, passíveis de correcção ou eliminação por simples acção política interna, o mesmo não se poderá dizer dos constrangimentos de ordem externa que, por exigirem alterações tantas vezes profundas das normas elementares que regem o relacionamento entre estados, dificilmente poderão ser ultrapassados por acção isolada de uma única entidade nacional.

Durante muito tempo prevalece em Portugal uma concepção de defesa estabelecida e executada segundo as directrizes de um único decisor político, Salazar, que chama a si a coordenação de todas as restantes políticas necessárias à prossecução da política de defesa nacional.³⁰ Essa coordenação

²⁹ A política de defesa nacional era parte integrante, não individualizada, da política geral do Estado.

³⁰ Joaquim Aguiar, “Política de Defesa Nacional como Política Interdepartamental”, *Nação e Defesa*, (44), 1988, pp. 19-32.

revelava-se no entanto meramente instrumental tendo em conta que se tratava de um simples deitar mão aos instrumentos disponíveis e necessários para dar resposta a problemas específicos e conjunturais. À excepção de alguns elementos de confiança do poder político, as entidades militares, consideradas uma ameaça à sobrevivência do regime, são afastadas de qualquer papel interventivo na política de defesa do país.

As questões relacionadas com a política de defesa estão, por isso, envoltas num sem número de ambiguidades e indecisões. Se algumas vezes as questões de defesa são entendidas e tratadas de forma tão genérica que se enredam em questões políticas de natureza diversa, momentos há em que são abordadas sob um ponto de vista demasiado estrito, directamente relacionado com a administração e emprego dos meios militares.

4. Objectivos 1945-1959

Em Portugal, a proximidade do fim da guerra e da mais que certa vitória dos Aliados fazem reavivar a agitação anteriormente vivida nos quartéis. Na instituição militar e na sociedade civil ecoam os desejos de derrube do Regime. Os anos que medeiam entre 1945 e 1949 vão ser marcados por uma série de conspirações de origem e motivação diversa com o intuito de modificar o regime. Têm em comum serem todas frágeis e pretenderem apoiar-se em Carmona para substituir Salazar.³¹ As movimentações sucedem-se mas sucumbem perante a vontade e a astúcia de O. Salazar, com o auxílio prestimoso do ministro da Guerra, Santos Costa.

A concepção de defesa adoptada em 1935 que assentava num megalómano exército de massas vai manter-se para além do fim da Segunda Grande Guerra e só será radicalmente alterada em 1949. Portugal continua a apostar numa política de defesa cujo objectivo último é o desenvolvimento das capacidades militares que tornem viável a defesa terrestre do território continental com a menor dependência externa possível. O plano de rearmamento então iniciado continua válido faltando completar a sua terceira fase, a fase que elevaria o potencial do Exército para 15 Divisões.³²

³¹ Jorge Silva Rocha, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública – Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939-1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores – Academia Militar, 2008, pp. 179.

³² “Plano de rearmamento do exército metropolitano”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/AOS/D-F/3/2/3. Veja-se também a avaliação deste plano efectuada por Passos e Sousa,

A política de armamento que tinha sido seguida na década anterior tinha que continuar para além de 1945 só que desta vez para fazer frente à ameaça soviética. Em 1945 fica completa a segunda fase do rearmamento e Portugal passa a dispor do material necessário para equipar 5 Divisões mas sem que isso signifique uma verdadeira capacidade operacional.

A partir de 1947 a política de defesa altera-se chegando mesmo a um impasse quando Portugal, empenhado na materialização da terceira fase do rearmamento, vê recusado o auxílio da Inglaterra para a sua concretização. Esta negativa inglesa coloca pela primeira vez Portugal numa posição de dependência relativamente aos EUA já que só com auxílio norte-americano seria possível concluir o processo de rearmamento iniciado em 1935.

As autoridades nacionais estavam, desde o Verão de 1944, empenhadas numa maior diversificação dos objectivos da política externa portuguesa e na salvaguarda dos interesses nacionais no pós-guerra, promovendo por isso uma aproximação diplomática aos EUA em grande parte facilitada e incentivada pela Inglaterra. Esta aproximação aos EUA conhece alguns desenvolvimentos positivos até 1948, ano em que as opções políticas de fundo dos governantes nacionais relativamente à manutenção do Império português passam a colidir irremediavelmente com a filosofia política americana. A ausência de uma base política de entendimento que permitisse o aprofundamento das relações com os EUA e a concretização do rearmamento do Exército arrastam os contactos bilaterais para um impasse que só viria a ser superado após a formação da OTAN em 1949.³³

Em 1949 tem início a chamada «revolução serena». A adesão de Portugal à OTAN trás consigo uma profunda alteração das prioridades atribuídas às tradicionais vertentes da política de defesa portuguesa.³⁴ No momento da adesão à Aliança Atlântica o poder político tem entre mãos duas questões importantes no campo da defesa que urge resolver: prosseguir a subordinação dos militares ao poder político dando seguimento à reorganização da defesa nacional idealizada em 1935 e, materializar definitivamente o Exército de 15 Divisões previsto na terceira fase do rearmamento iniciado nesse mesmo ano.

Até 1949, a política de defesa portuguesa tem como principal orientação o auxílio às autoridades espanholas na defesa da linha dos Pirenéus em caso

à data Ministro da Guerra, em 26 de Agosto de 1935, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/AOS/A/7/1.

³³ António J. Telo, *Portugal...*, cit., pp. 196-224.

³⁴ Defesa do regime contra ameaças internas; defesa do espaço continental; defesa do espaço atlântico e defesa do Império. António J. Telo, *Portugal...*, cit., pp.324.

de ataque terrestre por forças soviéticas. Neste contexto, o Exército continua a ser o elemento principal e prioritário da força armada nacional, a embrionária Aeronáutica actua como força auxiliar e a Marinha pouco tinha evoluído desde o abandono do plano naval da primeira metade da década de 1930.

A partir de 1949 e até 1954 é possível constatar a existência de dois estádios evolutivos da política de defesa portuguesa. Resumidamente, até 1951 todas as acções giram em torno das relações bilaterais com os EUA e da procura dos mecanismos que permitam ultrapassar o impasse a que tinham chegado essas mesmas relações. Durante este período continuam as negociações para a permanência, em tempo de paz, de forças militares americanas nos Açores que culminam com a assinatura, em 1951, de um acordo de defesa bilateral só possível no âmbito do novo quadro político multilateral da OTAN. A segunda etapa desenvolve-se a partir de 1951 e prolonga-se até 1954. São os anos do *Military Assistance Advisory Group* (MAAG), da chegada dos primeiros equipamentos militares americanos, das novas técnicas e sistemas de armas, da reorganização dos métodos e das mentalidades.³⁵ Lenta mas permanentemente, as autoridades militares portuguesas começam a dar-se conta do irrealismo do planeamento de forças anteriormente efectuado e as quinze Divisões rapidamente passam a cinco.³⁶ Gradualmente, opera-se a transição de um conceito de defesa terrestre do continente nacional baseado num exército de massas deficientemente equipado e obsoleto para algo bastante diferente.

Em finais de 1956 os objectivos da política de defesa nacional passavam já pela edificação de uma força militar aeronaval moderna, de dimensões mais modestas e vocacionada para a actuação conjunta com americanos e ingleses na defesa do espaço atlântico português e da Europa.

A partir de 1957 este cenário vai evoluir no sentido de uma nova e radical alteração da política de defesa portuguesa. As discussões internacionais em torno das questões coloniais deixam perceber que, em breve, também as autoridades portuguesas teriam que lidar com o desenvolvimento dos nacionalismos africanos sendo por isso essencial desenvolver acções de fortalecimento e reorganização do dispositivo militar existente nos territórios africanos portugueses. Reveladores de algumas más opções estratégicas adoptadas ao longo dos anos, os primeiros estudos efectuados revelam desde logo graves carências no que diz respeito à projecção por via aérea e naval de forças militares para África.

³⁵ Daniel da Silva Costa Marcos, *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL, 2011.

³⁶ Sobre esta questão veja-se o documento “Esforço de defesa português – 1951”, Arquivo da Defesa Nacional PT/ADN/F1/SR33/135/5.

A organização militar do Império português é alterada no início de 1958³⁷ mas a política de defesa só em Agosto de 1959 passará oficialmente a reflectir a nova realidade. A assinatura de novos compromissos com a OTAN é suspensa ao mesmo tempo que a prioridade atribuída aos acordos de defesa firmados com a Espanha é significativamente reduzida.

No final da década de 1950 já só interessa a defesa do Império.

5. Conclusões

Como se procurou demonstrar, o planeamento de defesa efectuado em Portugal nos anos de 1945 a 1959 assumiu um grau de complexidade elevado, tendo sido significativamente condicionado pelos compromissos decorrentes das alianças políticas e militares assumidas pelas autoridades nacionais, antes e durante o período temporal objecto do nosso estudo.³⁸

Os primeiros quinze anos do segundo pós guerra são tempos difíceis para os países da Europa ocidental. São tempos de reconstrução e recuperação económica mas também de luta por um ambiente securitário que garanta as condições necessárias à recuperação da prosperidade perdida.

É sabido como a segurança ocupa um lugar de destaque nos interesses nacionais e como ela constitui uma responsabilidade inalienável do Estado que ele assume mediante a criação das condições de defesa militar necessárias à sua manutenção. Num cenário de crescente crispação internacional, as autoridades portuguesas não podiam conscientemente deixar de actuar no sentido da criação dessas condições. A inacção implicaria certamente a concessão de vantagens ao exterior e uma inevitável diminuição da capacidade de defesa do País.

O período temporal compreendido entre 1945 e 1959 foi assim marcado, no que à Defesa Nacional diz respeito, pela existência de um sem número de condicionalismos de ordem interna mas, sobretudo de ordem externa. Com acordos firmados em primeiro lugar com a Espanha e, mais tarde, com os Estados Unidos da América e a Organização do Tratado do Atlântico Norte,

³⁷ Decreto-Lei n.º 41559. D.R. n.º 54, Série I de 1958-03-15 e Decreto-Lei n.º 41577. D.R. n.º 69, Série I de 1958-04-02.

³⁸ Este texto sintetiza alguns dos resultados obtidos no decurso da investigação por nós desenvolvida com vista ao estudo do planeamento de defesa português nos primeiros anos da Guerra Fria. Para uma visão mais detalhada de toda a problemática veja-se Jorge M. Lima da Silva Rocha, *Planeamento de Defesa e Gestão das Alianças: Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria 1945-1959*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Tese de doutoramento. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/6989>](http://hdl.handle.net/10071/6989).

as autoridades nacionais vão ao longo destes quinze anos procurar concretizar um complexo planeamento de defesa que, por assentar em objectivos políticos irrealistas, poucas hipóteses tinha de vingar.

Assim, a análise do planeamento de defesa efectuado em Portugal nos anos de 1945 a 1959, permitiu-nos constatar a existência de dois períodos temporais durante os quais a influência dos compromissos externos se faz sentir de forma diversa e as opções de defesa e militares adoptadas pelas autoridades nacionais são substancialmente distintas.

No primeiro período, que situamos entre o final da Segunda Guerra Mundial e a adesão de Portugal à OTAN prevalece ainda oficialmente uma concepção de defesa do País que assenta nos pressupostos estabelecidos em 1935 e que tem como principal premissa a existência de um megalómano e desproporcionado exército de massas. Como na década anterior, procuram-se criar as condições necessárias à defesa terrestre do território continental português evitando a todo o custo a excessiva dependência do auxílio militar externo bem como a ingerência estrangeira nas questões da Defesa Nacional.

O Exército continua a ser o principal ramo das Forças Armadas portuguesas, a sua organização reproduz ainda as disposições da reorganização de 1937 existindo dois tipos de forças terrestres (metropolitanas e coloniais) tuteladas por diferentes ministérios. O plano de rearmamento iniciado na segunda metade da década de 1930 continua válido faltando no entanto completar a sua terceira fase, a fase que elevaria o potencial do Exército para 15 Divisões. Assim, e apesar de todo o investimento efectuado na década anterior, o Exército continua a não ter qualquer capacidade para garantir a defesa e a integridade do território metropolitano português. Abundam os efectivos mas o País continua a não dispor de quantidade suficiente de meios para armar e equipar o dispositivo de forças existente.

Durante este período as relações luso-britânicas esmorecem em face da impossibilidade demonstrada pelas autoridades britânicas de continuar a apoiar económica e militarmente o velho aliado. Nesta nova conjuntura a Inglaterra mostra-se incapaz de continuar a fornecer o armamento necessário à conclusão do rearmamento do Exército e a necessidade de Portugal encetar uma aproximação à nova potência revela-se uma realidade difícil de contornar. Temendo a proximidade de um novo conflito, não restava outra solução às autoridades portuguesas que não fosse a da reorientação das estratégias da política externa portuguesa e a rápida aproximação aos EUA. No novo mundo bipolar Portugal promove a aproximação à nova potência marítima com o intuito de obter garantias de segurança contra a nova ameaça continental enquanto as autoridades norte-americanas procuram garantir o acesso

a bases avançadas que permitam projectar o seu poder militar em caso de concretização da ameaça soviética.

Em termos de planeamento de defesa este é um período durante o qual não se vislumbram significativos condicionamentos derivados de compromissos políticos ou militares externos. No entanto, é já possível constatar a existência de algumas circunstâncias que revelavam o início do processo de condicionamento da acção das autoridades portuguesas que viria a marcar a década de 1950. Referimo-nos em primeiro lugar à indisponibilidade demonstrada pela Grã-Bretanha para continuar a suportar o rearmamento do Exército português. Sendo certo que esta decisão não condiciona o planeamento de defesa propriamente dito, já que estava estabelecido desde 1935, ela afecta de forma significativa a materialização do mais importante objectivo previsto nesse planeamento e coloca pela primeira vez Portugal numa posição de dependência em relação aos Estados Unidos da América.

A segunda circunstância que pretendemos destacar em termos de condicionamentos externos é a acção obstaculizadora desenvolvida pela diplomacia espanhola durante todo o processo de adesão de Portugal à OTAN.

O condicionamento externo da acção das autoridades portuguesas em termos de planeamento de defesa e militar é bastante mais acentuado a partir de 1949, ano em que Portugal assume o estatuto de membro de pleno direito da OTAN e no qual situamos o início do segundo período evolutivo que gostaríamos de realçar.

Não sendo Portugal um país detentor de significativo poderio militar ou de grande capacidade de influencia internacional, às autoridades nacionais pouco mais restaria do que promover um inevitável e progressivo ajustamento às novas circunstâncias externas. Ao longo da década de 1950 as relações externas do Estado português e em especial as suas relações de aliança, acabariam por determinar grande parte das condições e possibilidades da política de defesa nacional de tal forma que, em nossa opinião, no final daquele período temporal o exercício da soberania dificilmente poderia ser garantido com meios próprios.

O condicionamento da acção no campo do planeamento de defesa derivado das relações de aliança não é imediato. Ele surge gradualmente como resultado da adesão de Portugal à Aliança Atlântica tornando-se mais visível a partir de 1952.³⁹

³⁹ Mais concretamente a partir da Cimeira de Lisboa da OTAN realizada em Lisboa em Fevereiro de 1952. Arquivo da Defesa Nacional, documento PT/ADN/SGDN/4234.

A adesão de Portugal à OTAN impulsiona uma profunda alteração das prioridades anteriormente atribuídas às tradicionais vertentes da política de defesa portuguesa. Por força das circunstâncias, a fronteira da defesa do país deslocou-se para os Pirenéus levando a que, pela primeira vez em séculos de história, as autoridades militares portuguesas abandonem a dedicação quase exclusiva que tinham dispensado ao planeamento da defesa terrestre do território continental contra o tradicional inimigo espanhol. Com a adesão à OTAN fechava-se definitivamente o ciclo evolutivo da política de Defesa Nacional que vinha sendo seguido desde finais da Segunda Grande Guerra e que deixava perceber uma clara intenção do poder político querer promover a integração de Portugal numa aliança anticomunista que, favorecendo a aceitação internacional do regime, garantisse protecção contra uma ameaça militar que, em face do reduzido aparelho militar português, apenas podia ser travada em união de esforços com outras nações.

Portugal era agora membro de pleno direito da mais importante aliança defensiva alguma vez criada e como tal podia aspirar vir a beneficiar do chapéu protector do maior aparelho militar jamais organizado à escala mundial. Contudo, esta nova relação de aliança estabelecida pelo Estado português acarretava também obrigações que, juntamente com as decorrentes dos compromissos assumidos com a Espanha e os EUA, iriam à partida condicionar a definição da política de defesa nacional e, conseqüentemente, a concretização do planeamento de defesa que em função dela se pretendia executar ao longo da década de 1950.

O condicionamento derivado das relações de aliança estabelecidas pelo Estado português vai fazer-se sentir, no que ao planeamento de defesa diz respeito, a dois níveis. Em primeiro lugar na forma como são definidos, e gradualmente alterados, alguns dos objectivos de forças para satisfação das necessidades de defesa própria e cumprimento dos compromissos externos. Em segundo lugar no modo como acabam, ou não, por ser efectivamente organizadas e equipadas essas mesmas forças.

O planeamento de defesa lida, entre outras questões, com o estabelecimento e a manutenção ao longo do tempo de forças armadas que possam estar disponíveis no momento em que a sua actuação venha a revelar-se necessária. Por isso é importante que esse planeamento seja estabelecido com base em objectivos, que com realismo, se prevejam realizáveis no futuro. Ora, nos dois primeiros anos que se seguem à criação da Aliança Atlântica os objectivos de defesa traçados pelas autoridades portuguesas, e em especial por Santos Costa, continuam a ser não só ambiciosos como também utópicos e desajus-

tados em face das reais capacidades económicas do País. Além disso revelam desconhecimento em relação à evolução que se tinha operado nos conceitos de emprego de forças desde finais da segunda Guerra Mundial e, pelo menos inicialmente, uma deficiente avaliação do valor relativo a atribuir às diferentes alianças estabelecidas pelo Estado português bem como das reais implicações dos compromissos militares assumidos no âmbito dessas mesmas alianças.

Nos primeiros anos de vida da Aliança Atlântica as autoridades portuguesas continuam a centrar atenções e a canalizar todos os esforços e meios disponíveis para a organização das forças terrestres, procurando desta forma tirar partido daquilo que em Portugal se considerava ser uma mais-valia em relação à grande maioria dos países europeus – a abundância de meios humanos militarmente instruídos. Empenhados na concretização do principal objectivo que tinha levado à aceitação do convite para adesão à OTAN – a conclusão da terceira fase do rearmamento do Exército – as autoridades nacionais insistem na necessidade de organizar e equipar as 15 Divisões previstas no plano de 1935. Mas, como em tantas outras questões da actividade do Estado, à concretização favorável dos objectivos traçados opõem-se quase sempre contingências e condicionamentos de natureza diversa que tendem a conduzir a desfechos muito diferentes daqueles inicialmente previstos.

Membro fundador da Aliança Atlântica e com acordos de defesa estabelecidos com a Espanha e os EUA, as autoridades políticas e militares nacionais tinham diante de si no início dos anos cinquenta a difícil tarefa de procurar alcançar um equilíbrio de forças que permitisse atender adequadamente às necessidades nacionais de defesa privativa mas também à apropriada integração das forças militares portuguesas na defesa conjunta quer da Península Ibérica quer da Europa ocidental.

Alheados dos condicionalismos impostos por uma realidade nunca antes vivida em Portugal, e sem que se tivessem operado mudanças significativas nos meios disponíveis para equipar as forças militares existentes no País, as autoridades nacionais insistem na adopção de um programa de escalonamento múltiplo das forças disponíveis que, no curto espaço de dois anos, viria a revelar-se totalmente inalcançável nos moldes inflacionados em que fora idealizado. Assim, apesar da escassez de recursos considera-se ser possível organizar e sustentar em simultâneo forças (terrestres, navais e aéreas) para garantir a contribuição portuguesa para a defesa da Europa ocidental; defesa da Península Ibérica a partir da linha dos Pirenéus e, forças para a defesa interna do território continental português e ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira.

Este escalonamento múltiplo das forças militares que as autoridades nacionais se vêm compelidas a equacionar, consubstancia o que optámos por deno-

minar de condicionamento geral do planeamento de defesa estabelecido para a década de 1950 e é apenas o aspecto mais facilmente percepcionável de um mais vasto conjunto de condicionalismos externos a que esteve sujeita a acção das autoridades portuguesas.

Na década de 1950 a mudança de rumo no planeamento de defesa português deriva, no essencial, da adesão de Portugal à OTAN e começa a operar-se decorridos escassos sete meses da assinatura do Tratado quando as autoridades de Lisboa são chamadas pela primeira vez a expor perante aquela organização os objectivos nacionais de defesa e a declarar oficialmente o volume de forças militares a afectar por Portugal à defesa comum da Europa ocidental. As novas circunstâncias exigem uma rápida adaptação a um ritmo de tomada de decisão e de planeamento totalmente diferentes da realidade portuguesa. Habitadas ao ritmo pausado típico do Estado Novo, as autoridades portuguesas vêm-se subitamente forçadas a abandonar a também típica reacção de improviso presente em tantos momentos da história nacional. Inevitavelmente, este não é um processo isento de conflitos. Não só existe uma discrepância entre os objectivos políticos internos do regime e os objectivos de forças a alcançar como também existe um claro desfasamento entre as necessidades estratégicas da OTAN e os objectivos estratégicos específicos das autoridades portuguesas.

A acção condicionadora das concepções OTAN está assim presente desde o início do relacionamento das autoridades portuguesas com os novos parceiros de aliança e começa por ser visível em questões tão simples como os métodos e dinâmicas de trabalho. No entanto, estes não serão os aspectos mais importantes dessa acção. A OTAN vai ser a principal responsável pela revisão em baixa dos objectivos de forças militares traçados pelas autoridades de Lisboa bem como pela assunção de compromissos muito mais realistas e, portanto, menos ambiciosos ao longo da primeira metade da década de 1950. Além disso, a acção dos organismos da OTAN vai revelar-se também fulcral para a adopção de uma tipologia de forças mais moderna e condizente com as exigências das modernas formas de fazer a guerra.

No entanto, o condicionamento da acção das autoridades nacionais no âmbito do planeamento de defesa não se esgota nas questões derivadas directamente da adesão de Portugal à OTAN.

Nos anos cinquenta as autoridades portuguesas continuam profundamente empenhadas no cumprimento dos compromissos militares decorrentes do Pacto Ibérico e esse empenhamento tinha inevitáveis reflexos no planeamento de defesa. Apesar do esfriamento de relações que tinha marcado os últimos anos década de 1940, em momento algum o Governo português deixou de considerar a Espanha como um elemento indispensável ao sistema de alianças

pensado para o segundo pós-guerra e, por isso, convidado para fazer parte do restrito grupo fundador da OTAN, Portugal não deixará nunca de insistir, embora com poucos resultados práticos, na conveniência da Espanha integrar o sistema de defesa ocidental.

O não envolvimento deliberado da Espanha no planeamento de defesa da OTAN acarretava graves problemas de segurança para Portugal sendo por isso importante promover o aprofundamento da colaboração militar entre os dois países ibéricos com vista à defesa conjunta da Península Ibérica a partir da linha dos Pirenéus. Esta é uma questão à qual as autoridades políticas e militares portuguesas dedicam especial atenção e prioridade sem que, no entanto, ela receba das autoridades do País vizinho igual proporção de empenhamento.

Ao longo de grande parte da década de 1950, o planeamento de defesa português prevê a afectação de uma parcela de recursos militares nacionais à defesa dos Pirenéus muito superior à disponibilizada para a defesa conjunta da Europa ocidental ou sequer equacionada para a defesa interna do País sem que, no entanto, tal circunstância favorecesse uma maior abertura das autoridades espanholas nas conversações bilaterais relacionadas com a defesa conjunta da Península ou algum tipo de demonstração de reconhecimento pelo esforço que Portugal estava disposto a fazer. Ao longo dos anos o condicionamento da acção das autoridades portuguesas revela-se uma constante já que grande parte das iniciativas por elas promovidas com vista ao esclarecimento de questões vitais para a organização das forças portuguesas para a defesa dos Pirenéus, esbarraram quase sempre em algum torpor e displicência das autoridades espanholas, e que se tornam ainda mais evidentes a partir do acordo firmado entre a Espanha e os EUA em 1953.

Em termos gerais o planeamento de defesa idealizado pelas autoridades portuguesas para a década de 1950 está sujeito a condicionamentos substancialmente diferentes daqueles enfrentados em planeamentos anteriores no entanto, não podemos deixar de constatar a existência de algum paralelismo entre a situação vivida antes da adesão de Portugal à OTAN e aquela da segunda metade da década de 1950. Referimo-nos em concreto ao facto de a concretização dos objectivos previstos no planeamento de defesa português estar dependente de um forte auxílio externo. Se até 1947 se procurava por todos os meios convencer as autoridades britânicas a fornecerem o equipamento necessário à concretização da última fase do plano de rearmamento previsto no planeamento de defesa desde o início da segunda metade da década de 1930, em finais anos cinquenta a concretização do planeamento de defesa está totalmente dependente do fornecimento pelas autoridades norte-americanas de importantes quantidades de equipamento militar.

Desta forma, grande parte do planeamento de defesa português da década de 1950 não passa de um modelo teórico que dificilmente poderia passar, como aspirava Santos Costa, ao «domínio das realidades práticas» dependente que estava à partida da obtenção de recursos que exigiam a mobilização de vontades para a concretização de objectivos tantas vezes inconciliáveis. Ainda assim, e graças ao auxílio externo, às portas da década de 1960 já muito tinha sido alcançado em termos de forças a afectar à OTAN.

Nesta década, que foi a primeira em ambiente de Guerra Fria, as questões militares interferem directamente na actividade diplomática por isso, o planeamento de defesa reflecte mais uma necessidade de gestão das relações de aliança e de afirmação internacional do regime do que propriamente qualquer necessidade de defesa contra uma ameaça militar externa.

Bibliografia

- ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959.
- ANTÓNIO MARQUINA BARRIO, *España en la política de seguridad occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, 1986.
- ADRIANO MOREIRA, *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2008.
- ANTÓNIO JOSÉ TELO, *Os Açores e o Controlo Atlântico*, Lisboa, Edições ASA, 1993.
- ANTÓNIO JOSÉ TELO, *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- ANTÓNIO JOSÉ TELO, “Portugal e a NATO, Um pequeno poder numa grande aliança”, em Ferreira, José Medeiros, (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- DANIEL DA SILVA COSTA MARCOS, *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL, 2011.
- JAMES DOUGHERTY, e ROBERT L. PFALTZGRAFF JR., *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, 2001.
- JOAQUIM AGUIAR, “Política de Defesa Nacional como Política Interdepartamental”, *Nação e Defesa*, (44), 1988.
- JORGE. BORGES DE MACEDO “Portugal na perspectiva estratégica europeia”, *Revista Estratégia* (4), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1987.
- JORGE SILVA ROCHA, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública – Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939-1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores – Academia Militar, 2008.

- JORGE M. LIMA DA SILVA ROCHA, *Planeamento de Defesa e Gestão das Alianças: Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria 1945-1959*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Tese de doutoramento. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/6989>](http://hdl.handle.net/10071/6989).
- JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES, “Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa”, *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, (3), 1987.
- JUAN CARLOS JIMÉNEZ REDONDO, *Franco e Salazar – As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, 1996.
- LUÍS NUNO RODRIGUES, *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- LUÍS NUNO RODRIGUES, “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, em Luís Nuno Rodrigues, *et al* (Coord.) *Portugal e o Atlântico, 60 Anos dos Acordos dos Açores*, 2004, Lisboa, CEHCP, 2004.
- LUÍS NUNO RODRIGUES, *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2005.
- MARIA FERNANDA ROLLO, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Dez Anos de Política Externa: 1936-1948: a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. XIII, 1986.
- PEDRO AIRES OLIVEIRA, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, em Almeida, João Marques de *et al* (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos – IDN, 2008.
- PEDRO CANTINHO PEREIRA, *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, IDI-MNE, 2006.

Fontes primárias

Arquivo da Defesa Nacional

- Fundo 001 – Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (1944-1974)
- Fundo 002 – Secretariado Geral da Defesa Nacional
- Fundo 003 – Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Arquivo Histórico Militar

- Fundo 029 – 3.^a Repartição/EME

Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar

- A – Comissão do Livro Branco do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- D – Correspondência Oficial 1928/1968